



VILAREALSTºANTONIO

1
HélcGsl.
A

ATA Nº. 6/2018

Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, realizada no dia 27 de fevereiro de 2018.

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de 2018, na Sala de Atos da Casa da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente a Excelentíssima Sra. Presidente, Maria da Conceição Cipriano Cabrita, comigo, Hélia Marina Mestre Valente da Costa Gonçalves, Chefe de Divisão da Divisão Jurídica e Recursos Humanos, em regime de substituição, compareceram, pelas nove horas, os Srs. Vereadores Luis Miguel Guerreiro Romão, Carla de Fátima Leiria Sabino Viegas, Rui Carlos Piloto Pires, António Maria Farinha Murta, Cristina Nogueira Mira e Álvaro Filipe Madeira Leal, a fim de se realizar a reunião ordinária a que se refere o artigo 40.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro.

ABERTURA DA REUNIÃO: - Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara Municipal, a Senhora Presidente declarou aberta a reunião, com a seguinte Ordem do Dia:

- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA;
- APROVAÇÃO DE ATAS;
- PLANO DE URBANIZAÇÃO DAS SESMARIAS - ALTERAÇÃO;
- PLANO DE PORMENOR DA QUINTA DA FIDALGA – MANTA ROTA (PPQF);
- NÃO EXERCER O DIREITO DE PREFERÊNCIA NA ALIENAÇÃO DA FRAÇÃO AUTÓNOMA DESIGNADA PELA LETRA E, DO PRÉDIO URBANO SITO NA RUA DOS COMBATENTES DA GRANDE GUERRA, N.º 3, 2.º DIREITO, EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;

2
Hélio Gsl.
M

- PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE - CORTE ANTÓNIO MARTINS - FOIAS, VILA NOVA DE CACELA. REQUERENTE: HÉLDER CUSTÓDIO PEREIRA DIAS AGOSTINHO;
- EXERCÍCIO DO DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA - IMÓVEL INSERIDO NA ZONA DE PROTEÇÃO AO NÚCLEO HISTÓRICO POMBALINO - RUA D. PEDRO V, N.º 33, EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - REQUERENTE: MEDILOIA - MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA, LDA.;
- CESSAÇÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DA LOJA N.º 4 DO MERCADO MUNICIPAL DE MONTE GORDO - MÁRIO LOPES CALVINHO;
- EVENTO "BARBEERCUE", 10 DE MARÇO DE 2018;
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.

BALANCETE: - Foi presente o Mapa Resumo Diário da Tesouraria do dia de ontem, apresentando um saldo de 1.135.209,86 € (um milhão cento e trinta e cinco mil e duzentos e nove euros e oitenta e seis cêntimos).

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

A Sra. Presidente informou que no âmbito do processo de alteração/revisão do Acordo Coletiva de Entidade Empregadora Pública, outorgados em 18 de março de 2014, notificados os sindicatos representativos dos trabalhadores do Município, já deram o seu parecer favorável o STE e o STAL.

3
Hélio Gsl

= Pelo Srs. Vereadores António Murta e Cristina Mira, foi formulada a seguinte proposta, no sentido de ser agendada na ordem do dia da próxima reunião:

“É do conhecimento público que o Tribunal Constitucional declarou ilegal a taxa municipal de proteção civil de Lisboa, Acordo do Tribunal Constitucional nº. 848/2017, DR nº. 15/2018, de 22 de janeiro, por considerar que a proteção civil não é um serviço pelo qual os municípios tenham que pagar:

O Município de Vila Real de Santo António está a cobrar, de há uns anos a esta parte, esta taxa;

Assim, considerando a inconstitucionalidade da cobrança da taxa referida, propomos:

Que se ponha termo à cobrança indevida da taxa de proteção civil, que a Câmara Municipal cobra aos seus municípios, face à ilegalidade da mesma;

Que se devolvam as importâncias cobradas indevidamente aos municípios vila-realenses.”

O Sr. Vereador Álvaro Leal referiu que na última reunião apresentou um requerimento sobre a cobrança da taxa de proteção civil. Agradeceu a resposta ao seu requerimento relativo ao encerramento da Escola do Lazareto.

Questionou a Sra. Presidente sobre os seguintes assuntos:

Se os funcionários irão gozar os 25 dias de férias ainda no decurso do ano de 2018;

Em que ponto de situação se encontra o grupo de trabalho que foi constituído para elaborar um documento sobre a situação dos parquímetros;

4
Hélio Gosh
A

Os trabalhos de pavimentação das estradas municipais na Freguesia de Vila Nova de Cacela e se já foi realizada a reunião com a Junta Freguesia;

Construção dos polidesportivos no Complexo Desportivo e a aquisição do piso, tabelas, balizas, bem como a construção das bancadas e balneários.

Situação das águas pluviais e esgotos na Av. Duarte Pacheco face à construção da superfície comercial.

A Sra. Presidente informou que os funcionários irão gozar os 25 dias de férias, assim que seja possível, dependendo da conclusão do processo de revisão dos ACEP'S. Relativamente ao grupo de trabalho disse que a Câmara Municipal primeiramente reuniu com a ESSE e que ainda não foi realizada a reunião com a Junta de Freguesia de Vila Nova de Cacela.

Referiu que a obra da superfície comercial está a cargo da SGU e que a verba entregue será utilizada para construir as bancadas, os balneários e para adquirir o piso, as tabelas e balizas, sendo este um procedimento da responsabilidade da Câmara Municipal. Referiu ainda que parte da verba já foi utilizada para melhoramentos no Complexo Desportivo.

Quanto à situação das águas pluviais e esgotos na Av. Duarte Pacheco face à construção da superfície comercial, informou que não existe qualquer problema com os esgotos. As águas pluviais é um ponto crítico e a obra tem um custo de 400.000 €.

O Sr. Vereador António Murta referiu que analisou o projeto e constatou que não existe projeto de balneários e bancadas que deveria desde logo estar previsto uma vez que pressupunha estar contemplados nos projetos de especialidade de estrutura e que já deveria ter sido efetuado uma intervenção ao nível do escoamento das águas pluviais.

A Sra. Vereadora Cristina Mira relatou uma situação a pedido dos moradores do Lazareto, relativa à existência de toxicodependentes num quintal, e demais situações que punham em causa a segurança dos residentes.

Disse ainda que a Câmara Municipal não está a cumprir o estatuto do direito de oposição, artigo 10.º, que até final de março deverá fazer entrega de um relatório com a compilação de todas as informações prestadas.

A Sra. Presidente informou que está atenta à situação do Lazareto, e que a mesma já está sinalizada pelas autoridades policiais; quanto às informações solicitadas pelos Srs. Vereadores estas têm sido prestadas pontualmente.

6
Heinrich
A

DELIBERAÇÕES: - Foram tomadas as seguintes deliberações:

APROVAÇÃO DE ATAS.

- Considerando que foram distribuídas, com antecedência, fotocópias das atas aos membros deste Órgão, a Câmara deliberou:

Por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores Cristina Mira e Álvaro Leal, por não terem estado presentes, aprovar a Ata n.º 1 da reunião ordinária realizada no dia 3 de janeiro de 2018;

Por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador António Murta, por não ter estado presente, aprovar a Ata n.º 2 da reunião ordinária realizada em 16 de janeiro de 2018;

Por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores António Murta e Cristina Mira, por não terem estado presentes, aprovar a Ata n.º 3 da reunião extraordinária realizada em 22 de janeiro de 2018.

4
Hélio Gsl
A

PLANO DE URBANIZAÇÃO DAS SESMARIAS – ALTERAÇÃO.

= A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção da Sra. Vereadora Cristina Mira e o voto contra do Sr. Vereador Álvaro Leal, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido de ser autorizada a revogação parcial, com repristinação das normas modificadas, da parte do Plano de Urbanização alterada em 2009 de acordo com o previsto na Planta anexa – Desenho n.º 2 e, submeter a presente proposta para a Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António, no sentido de ser aprovada a referida revogação, com os efeitos daí decorrentes, com fundamento no teor da informação jurídica, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

O Sr. Vereador Álvaro Leal declarou que remete a posição da CDU para a Assembleia Municipal.

PLANO DE PORMENOR DA QUINTA DA FIDALGA – MANTA ROTA (PPQF).

= Pelo Srs. Vereadores António Murta e Cristina Mira, foi formulada a seguinte proposta, no sentido de ser submetida a sua aceitação:

“Em agosto de 2017, quando do concurso público para a seleção de propostas de reclassificação de solo rústico em solo urbano, os Vereadores do Partido Socialista abstiveram-se, remetendo a sua tomada de posição quando a proposta do Plano fosse apresentada.

Solicitaram no entanto que o processo deveria ser instruído com parecer jurídico.

Decorreram seis meses e o processo continua sem parecer jurídico e sem parecer de entidades que de devem pronunciar sobre o mesmo como a Entidade Regional da Reserva Agrícola, que tem parecer vinculativo.

De acordo com o PDM em vigor a propriedade em causa pertence à Reserva Agrícola Nacional e faz parte do Plano de Rega do Sotavento Algarvio.

A Câmara Municipal com a gestão do “PSD” tem inviabilizado investimentos importantes na área do turismo porque não conseguiu ao longo de 12 anos efetuar a revisão do “PDM”.

Verificamos, ainda, que a Sra. Presidente assinou no primeiro dia de fevereiro de 2018 o Protocolo com os promotores deste investimento, a fim de executar o Plano de Pormenor, retirando poderes ao órgão Autárquico que tem competência sobre esta matéria.

Assim, propomos:

1. Que seja retirada a proposta apresentada;
2. Que seja concluída a revisão do Plano Diretor Municipal a fim de viabilizar este e outros importantes investimentos para o Concelho de Vila Real de Santo António.”

Colocada à votação a sua aceitação, a proposta dos Vereadores do Partido, foi aceite por unanimidade.

= Postas à votação, em alternativa, a Proposta “A” a da Sra. Presidente, no sentido de ser elaborado o Plano de Pormenor da Quinta da Fidalga – Manta Rota, em conformidade com o n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, com base na Calendarização e Termos de Referência em anexo (Anexo 3) e pela respetiva Equipa Técnica (Anexo 4), publicar o teor desta deliberação de Câmara sob a forma de Aviso no Diário da República, na comunicação social e na página da Internet do Município, estabelecendo os respetivos prazos de elaboração e o período de participação a que se refere o n.º 2 do artigo 88.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, e solicitar à CCDR-ALG, parecer sobre o âmbito da avaliação ambiental e sobre o alcance da informação a incluir no relatório ambiental, nos termos do n.º 3.º do artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata, teve os votos favoráveis da proponente, e dos Srs. Vereadores Luís Romão, Carla Sabino e Rui Pires, pelo que foi aprovada.

A Proposta “B”, dos Srs. Vereadores António Murta e Cristina Mira, teve os votos favoráveis dos proponentes e Sr. Vereador Álvaro Leal, pelo que foi preterida.

Pelo Sr. Vereador Álvaro Leal foi formulada a seguinte declaração de voto:

“A CDU vota favoravelmente a proposta do Partido Socialista porque é fundamental a elaboração do Plano Diretor Municipal.”

10
Hélio Gsl
N


- Pela Sra. Presidente e subscrita pelos Srs. Vereadores Luis Romão, Carla Sabino e Rui Pires, foi formulada a seguinte declaração de voto:

“Apresentamos esta proposta a fim de dar cumprimento ao procedimento de aprovação de um Plano de Pormenor, tendo conhecimento dos seus antecedentes.

Com a deliberação da mesma não nos vinculamos porém aos pressupostos urbanísticos e à calendarização proposta para aprovação do presente plano.”

NÃO EXERCER O DIREITO DE PREFERÊNCIA NA ALIENAÇÃO DA FRAÇÃO AUTÓNOMA DESIGNADA PELA LETRA E, DO PRÉDIO URBANO SITO NA RUA DOS COMBATENTES DA GRANDE GUERRA, N.º 3, 2.º DIREITO, EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido da Câmara não exercer o direito de preferência na alienação da fração autónoma designada pela letra E, do prédio urbano sito na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, n.º 3, 2.º direito, em Vila Real de Santo António, destinada a habitação, tipologia T3, com área de 83,36 m², inscrita na matriz sob o artigo 6158-E, da freguesia e concelho de Vila Real de Santo António, e descrita na Conservatória do Registo Predial de Vila Real de Santo António sob o n.º 714-E) pelo preço de € 50.573,00 (cinquenta mil quinhentos e setenta e três euros), documentos que constituem parte integrante da presente ata.

11
HélicGSL


PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE - CORTE ANTÓNIO MARTINS – FOIAS, VILA NOVA DE CACELA. REQUERENTE: HÉLDER CUSTÓDIO PEREIRA DIAS AGOSTINHO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido de ser emitido parecer favorável ao pedido da constituição de compropriedade em comum do prédio rústico, localizado em Corte António Martins – Foias, freguesia de Vila Nova de Cacela, concelho de Vila Real de Santo António, com a área total de 2480,00 m², descrito na Conservatória do Registo Predial, sob o n.º 2010/19930113, inscrito na respetiva matriz rústica sob o n.º 8, Seção T-T1, na proporção de 1/2 a favor Hélder Custódio Pereira Dias Agostinho e 1/2 a favor de Sandra Filipa dos Santos Rodrigues Marta, com fundamento no teor da informação da Divisão de Urbanismo e Espaço Público, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

EXERCÍCIO DO DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA – IMÓVEL INSERIDO NA ZONA DE PROTEÇÃO AO NÚCLEO HISTÓRICO POMBALINO - RUA D. PEDRO V, N.º 33, EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - REQUERENTE: MEDILOIA – MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA, LDA.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido da Câmara não exercer o direito legal de preferência na transação do prédio urbano, inscrito na matriz predial sob o artigo 8275, com a área bruta privativa (área prevista no artigo 40.º do CIMI) de 102,4 m², com a área total, com fundamento no teor da informação jurídica, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

CESSAÇÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DA LOJA N.º 4 DO MERCADO MUNICIPAL DE MONTE GORDO - MÁRIO LOPES CALVINHO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador Luis Romão, no sentido de ser autorizado o reconhecimento da cessação do direito de ocupação da Loja n.º 4 do Mercado Municipal de Monte Gordo, em nome de Mário Lopes Calvinho, independentemente de lhe sobrevir o processo de execução fiscal (autónimo em relação à situação jurídica adveniente), documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

EVENTO "BARBEERCUE", 10 DE MARÇO DE 2018.

- O Sr. Vereador Álvaro Leal solicitou um ponto de situação sobre o orçamento e investimento do evento. Propôs que fosse cobrado aos munícipes com mais de 65 anos o mesmo valor que será cobrado às crianças.

- O Sr. Vereador Luis Romão informou que o orçamento do evento é de seis mil euros, e que o desejável e expetável é que o mesmo seja autossustentável.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido de ser aprovado o valor a cobrar por cada entrada, fixado em 10€/para adultos, sendo que crianças dos 7 aos 12 anos pagam 5€ bem como os munícipes com mais de 65 anos e, delegar na colaboradora Helena Isabel Currito, afeta à secção de Taxas e Licenças, a responsabilidade de requisição de livros de recibos, cobrança de valores e posterior entrega da receita junto da Secção de Taxas e Licenças desta Câmara Municipal, documento que constitui parte integrante da presente ata.

13
—
Hélio G. S. L.
A

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.

Registaram-se as seguintes intervenções:

O Sr. Mariano colocou uma questão sobre os critérios da definição das prioridades de limpeza dos terrenos no combate/prevenção dos incêndios;

O Sr. Orlandino Rosa veio questionar sobre a intenção da Câmara Municipal de dar cumprimento à sentença judicial condenatória que transitou em julgado a 4 de dezembro de 2017; bem como resposta ao seu requerimento onde voluntariamente concedeu um prazo adicional de mais 15 dias para o efeito.

ATA DA REUNIÃO: - A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes e ao abrigo do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro, depois de lida e achada conforme, aprovar a ata da presente reunião.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: E nada mais havendo a tratar, foi pela Senhora Presidente declarada encerrada a reunião, pelas dez horas.

E de tudo para constar se lavrou a presente ata que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser devidamente assinada.

E eu, Hélio Moisés Mendes Vilela de Costa Gonçalves, Chefe de Divisão da Divisão Jurídica e Recursos Humanos, em regime de substituição, a redigi, subscrevo e assino.

Maria da Angra Costa

Hélio Gsh.